

Prof^a IRIS KANTOR

História Ibérica II

Texto 46 / 8 Cópias

O REFORMISMO ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO: ALGUNS ASPECTOS

Fernando A. Novais
(Departamento de História da USP)

Se examinarmos a posição dos países ibéricos, e especialmente Portugal, no quadro geral da Ilustração europeia, o que desde logo resalta é o descompasso entre a "teoria" e a "prática", isto é, entre a elaboração do pensamento e sua aplicação. Portugal, efetivamente, foi um dos primeiros países a iniciar as reformas (1750, marquês de Pombal); e entretanto não foi um dos principais centros geradores do pensamento ilustrado. Neste sentido, faz curioso contraponto com a França, centro por excelência gerador das Luzes, e onde só tardiamente (com Luís XVI, 1774) se encetaram as reformas. Por outro lado, outro traço característico da ilustração portuguesa é o seu caráter de importação; introduzida de fora para dentro, assinala este fenômeno tão característico do século XVIII na cultura lusitana: o estrangeirado, isto é, o intelectual que, saindo para o exterior e respirando os ares da modernidade, se propunha de uma ou outra maneira a "arejar" a pátria. Encontravam muita resistência: um deles (Antônio Nunes Ribeiro Sanches) escreveria um texto cujo título é toda uma síntese: *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se*.

Para entendermos essas duas características (precocidade das reformas, importação das idéias) da Ilustração portuguesa, torna-se necessário considerarmos um dos aspectos mais decisivos da história de Portugal na época moderna: o atraso econômico e o isolamento cultural; é em função dessa situação que se pode entender os rumos do pensamento crítico, a profundidade das reformas, e os desdobramentos posteriores na metrópole e na colônia. Tendo iniciado os tempos modernos em posição de vanguar-

da, os países ibéricos, a partir do século XVII, iriam sendo cada vez mais ultrapassados pela França, pela Holanda e pela Inglaterra. Paralelamente, a reflexão em torno do problema procurava descobrir as suas causas e indicar as soluções. No século XVII, Sancho de Moncada, na Espanha, e Duarte Ribeiro de Macedo, em Portugal, analisaram em profundidade o fenómeno da decadência, procurando remédios; e essa preocupação, essa temática, dos escritores da época barroca, é recolhida pelos pensadores ilustrados. No centro das preocupações dos iluministas portugueses, por exemplo os memorialistas da Academia das Ciências, manter-se-á o problema do atraso em relação à Europa "moderna".

Na medida em que o "atraso" era visto em relação à Europa de além-Pirineus, é claro que se entendia que, para explicá-lo, impunha-se a mobilização da nova filosofia, dos países adiantados — daí o carácter de importação das idéias, de atualização; e por outro lado, as reformas eram vistas não apenas como a "promoção das Luzes", mas também como uma maneira de superar o atraso, tirar a diferença, e portanto mais urgentes, donde a precocidade com que são atacadas. Dadas essas particularidades, entende-se também o carácter moderado da Ilustração portuguesa, seja no plano das idéias, seja na sua implementação política. O meio era resistente, havia que caminhar com cuidado, ainda que com firmeza. Encarada no conjunto da Europa, a Ilustração portuguesa parece situar-se naquela faixa que recentemente o historiador francês Bernard Plongeron denominou de "*Aufklärung* católica", isto é, o esforço por harmonizar as inovações com a tradição. Assim, no plano económico, o marquês de Pombal havia de manter-se fiel a um estrito mercantilismo.

Maiores aberturas, nesse campo da política económica, haviam de ocorrer no período que se seguiu imediatamente ao pombalismo, no reinado de D. Maria I e na regência do príncipe D. João. E, de fato, o estudo mais acurado dessa época tem revelado mais continuidade que ruptura com a anterior; a queda do marquês de Pombal, que se seguiu à morte de José I, sua perseguição, a libertação dos presos políticos, enfim, a "viradeira", não passaram de fenómenos conjunturais. A equipe dirigente, de índole ilustrada, continuou basicamente a mesma, com novos acréscimos. Ainda mais, as reformas ensejando os primeiros frutos, as iniciativas foram avante, ampliando o raio de ação. O final do século, longe de um retrocesso, marca um avanço, aparece como um desdobramento: o ponto mais alto da Ilustração em Portugal.

Nada é mais indicativo dessa caracterização que a criação, em 1779, da Academia Real das Ciências de Lisboa. Sob proteção régia, foram seus fundadores dois estrangeirados: o duque de Lafões e o abade Correia

da Serra. Procurou relacionar a Universidade com a investigação científica e económica; organizou um museu e uma biblioteca (incluindo livros estrangeiros); entrou em contacto com numerosas instituições congêneres, no Velho e no Novo Mundo. Mas sobretudo estimulou e promoveu a produção intelectual nos vários campos, publicando as séries das *memórias*. No *discurso preliminar* (1789) das memórias económicas, de autoria de Correia da Serra, pode ler-se todo o ideário ilustrado: "O desejo da pública prosperidade pode ser igual a todos; basta para isso um coração leal e bem intencionado. Não é o mesmo porém em quanto ao modo de concorrer para tão nobre fim, porque as circunstâncias, e obrigações de cada indivíduo, ou corporação, lho fixão, e limitam. Dar providências, remover obstáculos, extirpar abusos, compete somente aos ministros do poder soberano; influir com grandes exemplos, intentar grandes estabelecimentos, cabe só aos ricos proprietários; propagar as luzes, que para este fim lhe subministram a natureza de seus estudos, é o quanto podem, e devem fazer as corporações literárias." Note-se, desde logo, essa integração entre o saber e o fazer, tão característica das Luzes; como alguns memorialistas eram também ministros, a integração era perfeita. Aos intelectuais — os "filósofos" — cumpria investigar a realidade, com as luzes da Razão; aos agentes do poder (os ministros escudados no poder soberano) implantar as reformas: assim se dominaria a natureza e regeneraria a sociedade, voltando a Idade de Ouro.

Procedeu-se, então, a um autêntico *survey* do reino e das colônias. Das memórias (muitas permaneceram inéditas), várias podem considerar-se "regionais", isto é, dizem respeito a uma província, região, capitania, ou um simples conselho. Exemplo desse último caso, a famosa *Memoria agronomica relativa ao conselho de Chaves* (vol. I das *Memórias económicas*, 1789), de José Inácio da Costa, onde se procede a uma crítica contundente das persistências feudais, ou senhoriais, a barrar o progresso da agricultura. Henrique da Silveira estudou o Algarve, Rebelo da Fonseca tratou do Alto Douro, Bacelar Chichorro cuidou da Extremadura, Ribeiro de Castro dissertou sobre Tras-os-Montes, Custódio J. G. Vilas Boas descreveu o Minho; Minas Gerais foi objeto de vários estudos, de Vieira Couto, José Joaquim da Rocha, Eloi Otoni; São Paulo atraiu as atenções de Marcelino Pereira Cleto; sobre o Rio Grande do Sul escreveu Gouveia de Almeida; bem assim a Bahia, Mato Grosso, etc. Nesses trabalhos, quase sempre se procede à descrição geográfica ("física") e as condições sócio-económicas ("morais"), indicando-se problemas, fazendo-se sugestões.

Mais específicas, as memórias sobre a agricultura revelam a incidência da fisiocracia. O título de uma delas é ilustrativo: *Memoria sobre a prefe-*

rencia que em Portugal se deve dar à agricultura, de Domingos Vandelli; mas a de Francisco Antonio Ribeiro de Paiva (*Memoria sobre a necessidade de fomentar a agricultura e as artes*) indica-nos que a influência fisiocrática não era absoluta. Não apenas a agricultura em geral preocupava os acadêmicos ilustrados; vários estudos setoriais foram realizados, como sobre a oliveira (Vandelli), algodão (Loureiro, Arruda Câmara), vinha (Lacerda Lobo), castanheiras (Fragoso de Siqueira), azinheiras, sobreiros, carvalhos. Tomás Antonio Vilanova Portugal tratou dos terrenos baldios, para cuja cultura Alvares da Silva propunha organizar-se uma companhia. Vários trabalhos discutiam as técnicas agrícolas.

Ao lado da agricultura, a mineração era outro tema de grande interesse para os ilustrados luso-brasileiros. Deixando de lado a tradicional preocupação com os descaminhos, procuraram outras razões para o declínio da exploração do ouro. Suas análises incidiram sobretudo sobre as técnicas da lavra. José Vieira Couto, Rodrigo de Sousa Coutinho, J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho e Pontes Leme foram os principais autores de memórias sobre o tema. A indústria não ficava fora de suas cogitações: há uma grande preocupação com as matérias-primas (Baltazar Silva Lisboa e José Bonifácio de Andrade e Silva, ambos brasileiros, tratam dos bosques e do uso das madeiras). A indústria do sal, do anil, da tinturaria, são objetos de estudos. A siderurgia cada vez mais é discutida (trabalhos de Ferreira da Câmara).

Esses exemplos poderiam ser facilmente multiplicados, mas já são suficientes para indicar o clima geral do movimento ilustrado. Importa-nos fixar, agora, as dominantes teóricas, para compreendermos a forma como equacionaram os problemas coloniais, e a política que levaram a efeito em relação ao Brasil. Já indicamos o cientificismo subjacente a todo pensamento ilustrado e aqui fortemente manifesto; a crença de que a natureza e mesmo a sociedade são moldáveis pela força da Razão — donde o otimismo característico das Luzes. No plano econômico, porém, que é por onde os problemas coloniais se apresentavam, a situação concreta que se enfrentava em Portugal — a pequena metrópole defasada e a imensa colônia potencialmente rica — fazia com que os pensadores e estadistas moderassem a adoção das novas idéias. Assim, a penetração das idéias fisiocráticas, bem como a economia clássica inglesa, misturam-se com o mercantilismo tradicional dando lugar a um *mercantilismo ilustrado*. Abandona-se a ortodoxia mercantilista, mas mantêm-se certas linhas de política econômica tradicional. É este o esquema teórico que orientaria a política colonial da última fase do Antigo Regime.

Efetivamente, se procurarmos uma caracterização mais geral para a forma de pensamento da ilustração portuguesa, é a um *ecletismo* que nos devemos referir. “Com a descoberta das terras do Oriente e da America, cresceram em Portugal as riquezas de convenção, porém as reais diminuíram. O ouro e a prata são sinais, e o preço das cousas, e assim como os demais generos, na abundancia tem menos valor, e maior na raridade. Os Estados, porem, são felizes não pelo aumento do preço das cousas, mas sim pela abundancia das mesmas.” Assim se expressava José Veríssimo Alvares da Silva, numa memória de 1782. E aqui deparamos uma crítica muito clara ao princípio fundamental do mercantilismo, ou seja, a idéia metalista. Se este trecho leva-nos a pensar na influência fisiocrática (como a memória, acima citada, de Domingos Vandelli), outros apontam para a presença da economia clássica. Veja-se, por exemplo, a afirmação de José de Abreu Bacelar Chichorro (*Memoria economico-politica da Provincia da Extremadura*, 1795), segundo a qual “a terra, posto que frutifera de sua natureza, e capaz de reprodução, não é por si só bastante para formar a felicidade e riqueza pública”; concluindo que “a industria do homem é somente quem forma a força, a grandeza, a felicidade e a riqueza de uma nação”. A influência do classicismo, aliás, iria crescendo até tornar-se dominante em José da Silva Lisboa, cujos *Principios de Economia Politica* datam de 1804.

Em Domingos Vandelli encontramos esse ecletismo formulado teoricamente. Na sua memória de 1789, sobre a agricultura, lembrava que “todos os ramos da Economia Civil, para que seja util ao Reino, devem ser regulados por principios deduzidos de uma boa Aritmética Politica, assim não se devem seguir sistemas, sem antes examiná-los e confrontá-los com as atuais circunstancias da nação” (grifo nosso). É esse pragmatismo que o faria justificar Pombal, que “seguiu o sistema de Colbert”, dado o “estado no qual se achava o reino, necessitando de total reforma”. E aqui encontramos o período de Maria I, na pena de um de seus expoentes, visto como um desdobramento, não como a negação, do pombalismo. Tratava-se, como se vê, de ajustar os esquemas teóricos à conjuntura específica, num ecletismo pragmático revelador de grande argúcia política.

E mais uma vez, se queremos compreender as razões dessa postura mental, é para o problema do atraso que temos que nos voltar. Já nos referimos ao fato de que essa questão — a decadência —, discutida desde o século XVII, fora retomada pelos memorialistas da Academia. De vários modos, a própria instituição propunha “discursos” sobre o tema, sugerindo apresentação de como promover o progresso para superar o atraso em relação à Europa das Luzes. O próprio *discurso preliminar das Memorias*

Economicas, que já citamos, em que se programam os estudos "para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria, em Portugal e suas conquistas", chamava a atenção para "a triste experiencia do passado", em que "a substancia da Nação, e sua riqueza, vimos por largo tempo passar aos estranhos em troco de generos que ou de si cresciam em nossas terras, ou pouca industria se precisava para naturaliza-los". Tratava-se de promover o conhecimento "do que a Nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido". Note-se, nesse trecho fundamental, de um lado a importância dada ao conhecimento do passado; e de outro o fato de não se limitar à constatação da decadência, mas ainda apontar que ela se deu em benefício de outros. Nessa mesma linha aprofundaram suas análises José Manuel Ribeiro (*Discurso politico sobre as causas da pobreza de Portugal*) e Francisco Antonio Ribeiro de Paiva (*Memoria sobre a necessidade de fomentar a agricultura e as artes, causas de sua decadencia, e meios de as fazer florescer em Portugal*), cujos trabalhos, entretanto, permaneceram inéditos.

Em muitos desses textos — a memórias de Alvares da Silva, Vandelli, Soares de Barros, José Manuel Ribeiro —, os acadêmicos sustentam a idéia de que a decadência decorreu precisamente do excesso das conquistas; idéia já expressa por Camões, na famosa fala do "velho do Restelo" (canto IV dos *Lusiadas*), e depois retomada por Antonio Sérgio no ensaio sobre "política de transporte" e de "fixação". Para nossos objetivos, aqui, contudo, o que importa não é a explicação da decadência, mas as implicações que a sua constatação tinha na formulação de uma política colonial, na época da Ilustração. Ora, essa constatação fundava o ecletismo e o pragmatismo. Pequena metrópole, defasada em relação às potências avançadas da Europa, detentora de extensos domínios ultramarinos — não podia, dada a situação peculiar; aplicar a mesma política, seguir os mesmos ditames, ou, como diria Vandelli, ater-se a "sistemas". Tampouco podia cruzar os braços, pois o atraso se aprofundava; a concorrência colonial se avolumava, o contrabando forçava o exclusivo, os colonos começavam a inquietar-se. Na quadra final do Antigo Regime, a emergência do industrialismo redefinia as tensões, obrigando a ajustamentos. Ajustar-se, precisamente, mobilizando o pensamento ilustrado, moderando-o, aplicando-o à conjuntura específica — eis o que procuravam teóricos e estadistas da Ilustração luso-brasileira. Foram longe na análise da situação. Rodrigo de Sousa Coutinho, analisando a situação da mineração, refutava as versões mais vulgares da fisiocracia que condenavam sem mais as atividades mineiras; indicava que a utilidade das lavras dependia do grau de desenvolvimento manufatureiro da metrópole, noutros termos, a ausência de manufaturas tornava perniciosas as minas, que, integradas numa economia mais

desenvolvida, seriam sempre benéficas (*Discurso sobre a verdadeira influencia das minas de metais preciosos na industria das nações*, 1789). Assim se apreendiam as conexões profundas da crise: a exploração da colônia era condição de desenvolvimento da metrópole e ao mesmo tempo pressupunha esse desenvolvimento. Apenas um progresso simultâneo das duas partes (colônia/metrópole) poderia romper o círculo vicioso.

É ainda o mesmo Rodrigo de Sousa Coutinho, ao mesmo tempo teórico da Academia e ministro de estado, quem, fundado naquelas análises, formularia os princípios da ideologia colonial da Ilustração portuguesa. Na *Memoria sobre os melhoramentos dos dominios na América* (1797), insiste na peculiaridade, para transfigurá-la, ideologicamente, numa vantagem: "Os dominios de S. M. na Europa não formam senão a Capital e o Centro de suas Vastas possessões. Portugal, reduzido a si só, seria dentro de um breve periodo uma provincia de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia que se estende ao que possui nas ilhas de Europa e Africa e ao Brasil, às costas Orientais e Ocidentais da Africa, e ao que ainda a nossa Real Coroa possui na Asia, é sem contradição uma das Potencias que tem dentro de si todos os meios de figurar conspicua e brilhantemente entre as primeiras potencias da Europa." Aqui, a dependência da metrópole em relação às colônias, e em especial à colônia ("os mais essenciais de nossos Dominios ultramarinos, . . . as provincias da América, que se denominam com o genérico nome de Brasil") aparece sob a forma de comunidade de interesses, que era precisamente o que naufragava na crise do sistema colonial; esta, na realidade, revelava o antagonismo entre os dois pólos do sistema. Exatamente, essa preocupação com a crise, que já se manifestara na independência dos Estados Unidos, conduz o discurso do colonialismo ilustrado: "A feliz posição de Portugal na Europa, que serve de centro ao comercio do norte e Meio Dia do mesmo continente, e do melhor entreposto para o comercio da Europa com as outras três partes do Mundo, faz que este enlace dos Dominios ultramarinos portugueses com a sua Metropole seja tão natural, quanto pouco o era o de outras colonias que se separaram da sua mãe-patria. . ." Logo, para o ideólogo ilustrado, o vínculo colonial no caso português (Portugal-Brasil) é natural e os dos outros, obviamente, artificiais, tanto que se estavam rompendo. E essa condição feliz e "natural" parece derivar da posição geográfica, quando na realidade era produto da história, a história da colonização. Importa notar que toda essa mistificação ideológica derivava da análise acima referida: efetivamente, tendo apreendido as relações

recíprocas de atraso e interdependência metrópole-colônia, só restava pressupor a possibilidade do "bem comum" de ambos, para evitar a alternativa da separação.

A passagem dos princípios gerais para a formulação prática da política econômica colonial caberia a um brasileiro particularmente engajado no movimento reformista ilustrado: o bispo economista José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. O ponto crucial de seu *Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias* (publicado em 1794, e em 1807 traduzido em inglês) é indiscutivelmente aquele em que, invertendo o princípio mercantilista, preconiza a diretriz segundo a qual a metrópole pode, e mesmo deve, ter um comércio deficitário com a colônia, para tê-lo superavitário com as demais nações. Nas suas próprias palavras: "A metrópole, ainda que em tal caso seja devedora às Colonias, necessariamente há de ser em dobro credora aos Estrangeiros; ela precisamente há de fazer para com uns e outros duplicados lucros; ganhará nas vendas, ganhará nos fretes, e nos transportes para todas as partes, pela extensão de sua marinha, e do seu comercio. Que importa pois que a mãe deva às suas filhas, quando ela é em dobro credora aos Estranhos?" Ou, noutros termos: "Em uma palavra, quanto os interesses, e as utilidades da patria-mãe se enlaçarem mais com os das colonias suas filhas, tanto ela será mais rica; e quanto ela dever mais às colonias, tanto ela será mais feliz, e viverá mais segura. O credor sempre olha para o seu devedor como para sua fazenda; ele concorre para seu aumento, e não o quer jamais arruinar, nem perder de vista: o devedor porem não quer nem ver o seu credor, e quanto ele se faz menos solavel, tanto mais procura a ocasião de lhe fugir." Também aqui, evidentemente, procura-se uma forma de contornar a tensão entre a colônia e a metrópole, que se ia agravando na crise. Formalmente, o argumento é fraco; pois se poderia lembrar que, então, seria a metrópole que tenderia a fugir da colônia. Na realidade, essa formulação levava à prática as análises anteriores: seria possível a vantagem de ambos os lados (colônia e metrópole, Brasil e Portugal), desenvolvendo-se simultaneamente; com os produtos coloniais, a metrópole teria um comércio vantajoso com as demais nações. A posição de "entreposto" da metrópole, mencionada claramente por Rodrigo de Sousa Coutinho, aparece como algo natural; oblitera-se a possibilidade, igualmente vantajosa, de a colônia comerciar diretamente com as nações.

Os estudos sobre o comércio colonial desta última fase do Antigo Regime minuciosamente conduzido em investigações recentes baseadas nas

balanças de comércio (1), mostram claramente como essa política foi levada a efeito, com resultados palpáveis. No final do século XVIII e início do século XIX a balança comercial portuguesa assinala saldos crescentes em seu comércio com as nações estrangeiras ao mesmo tempo que déficits no comércio com o Brasil. O cômputo global, entretanto, era claramente favorável a Portugal. Por outro lado, pode-se constatar serem os produtos coloniais — reexportados — que garantem as vantagens portuguesas no comércio internacional; igualmente, o mercado colonial ia garantindo o escoamento para as manufaturas metropolitanas, que assim se consolidam, diminuindo as importações. Mais ainda: as balanças de 1776, 1777 e 1787 (as séries contínuas começam em 1793) indicam uma situação oposta, isto é, uma balança superavitária com as colônias e deficitária com as nações estrangeiras, e desvantajosa no cômputo geral. Pode-se constatar que a inversão das tendências deu-se entre 1787 e 1796. Se nos lembrarmos que o *Ensaio economico* de Azeredo Coutinho se publicou em 1794, fica claro que a implementação da política foi simultânea à sua formulação. Pode-se, portanto, dizer que a política econômica colonial da Ilustração portuguesa não ficou letra morta, antes transformou-se numa prática efetiva; e que o último período do Antigo Regime configura uma conjuntura de indiscutível prosperidade, na metrópole e na colônia. Somente as invasões napoleônicas viriam alterar essa tendência.

Para a obtenção desses resultados, reformas e fomento foram implementados simultaneamente na metrópole e na colônia, em Portugal e no Brasil. Se as reformas propriamente sociais encontravam grande resistência, de toda maneira os alvarás de 17/12/1789 e 4/4/1795 promoviam a supressão do "mancio", antigo tributo. Mais ainda: extinguiu-se definitivamente a justiça senhorial. (2) Mantinham-se, porém, as companhias privilegiadas das vinhas e da pesca. Onde os êxitos foram maiores, persistindo uma política vinda do consulado pombalino, foi no esforço de industrialização. Em 1788 (5 de junho) a antiga Junta do Comercio (de 1755) passava a denominar-se Real Junta do Comercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação destes Reinos, e seus Domínios — ampliando-se, como o nome indica, suas atribuições: a Carta de lei indica que se sentia a necessidade da criação de "um Tribunal Supremo, no qual se examinem, se combinem, e se promovam as matérias concernentes à conservação, e aumento do

1. Cf. Fernando A. Novais — *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, 2.ª ed. São Paulo, 1981, pp. 287-294; José Jobson de Andrade Arruda — *O Brasil no comércio colonial*, São Paulo, Ed. Ática, 1980.

2. Albert Silbert — *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, Paris, 1966, 2vs.

comercio da agricultura, das fabricas, e da navegação, cujos objetos, sendo entre si intimamente ligados, e dependentes, devem portanto ser regidos debaixo de um só unico, certo e invariavel sistema". Entre os deputados do novo órgão, nomeavam-se Vandelli e Jácome Ratton, este último empresário e autor, depois, de um notável livro de *Recordações* (1810). Tratava-se, como se vê, de uma maior integração na gestão da economia, englobando também a exploração colonial, o que vai na linha da política acima descrita.

O esforço pelo desenvolvimento manufatureiro continua, e se amplia. Isenções são concedidas, e renovadas, para a entrada de matérias-primas; dificultava-se, ao contrário, sua saída. Barreiras tarifárias dificultavam a entrada de manufaturas: um alvará de 1778 taxava a entrada de pólvora estrangeira, explicitando que se visava a proteger a fábrica nacional. Louças, meias de seda, fitas, tinham a importação proibida ou dificultada. Isenções estimulavam, por outro lado, as exportações, como no caso de louças e chapéus. Concessões de privilégios exclusivos são dadas ou renovadas constantemente para as manufaturas nacionais. Um alvará de 30/6/1788 protege as fábricas de lanifício "erigidas ou por erigir". Fiação e tecelagem de algodão são agraciadas com vantagens, bem assim as fábricas de vidro. Numerosos são os casos de privatização de manufaturas estatais (reais) no período de Maria I e do regente D. João. Um parecer da época (cujo manuscrito se encontra na biblioteca da Academia das Ciências) discute o problema, preconizando enfaticamente a privatização.

Paralelamente, punha-se em andamento a política colonial, para a qual se chegou, às vezes, a solicitar o parecer dos colonos; é o caso do Conde da Ponte, governador da Bahia, que, em 1807, solicita à câmara municipal opinião sobre a existência de "alguma causa opressiva contra a lavoura". As respostas deram lugar às conhecidas *Cartas economico-politicas*, de J. Rodrigues de Brito, publicadas em 1804. No setor comercial — no caso essencial, pois era pelo comércio que se estabelecia a conexão metrópole-colônia — nota-se, na legislação, uma permanente e insistente luta contra o contrabando, ao longo de todo o período. A peça mais importante, neste capítulo é o alvará de 5 de janeiro de 1785, da mesma data do que proibia as manufaturas têxteis na colônia. As determinações descem em minúcia e se agravam em severidade. Se a insistência é indicativa da impotência em face da pressão externa, ela não é menos significativa para a definição do perfil da política colonial ilustrada. A nosso ver, o combate ao contrabando marca os limites, a fronteira das aberturas liberalizantes; era pois dentro do sistema, nos quadros do exclusivo mais geral, que se procediam aos incentivos. O que mais uma vez

remete para a análise que se fizera da situação. Dentro desses limites, a política procedeu a mudanças de grande importância: em primeiro lugar, o abandono da política das companhias privilegiadas de comércio, vindas da época pombalina. Tanto a companhia do Grão-Pará e Maranhão, quanto a de Pernambuco e Paraíba, não têm renovados seus privilégios. Isto significava, basicamente, reduzir os mecanismos do comércio exclusivo à sua expressão mínima dentro do sistema, permitindo algum desafogo para os colonos, que sempre reclamavam das companhias. Na mesma linha suprimem-se os principais "estancos", isto é, monopólios específicos: são removidos o estanco do sal e o do contrabando da pesca da baleia. Motivo de permanentes reclamações dos colonos, os estancos foram objeto de análise crítica dos teóricos ilustrados. Azeredo Coutinho, no *Ensaio economico*, indicava os efeitos negativos não só para a colônia, mas para o conjunto luso-brasileiro: "O sal, este genero da primeira necessidade, para a conservação das carnes, e dos pescados, é naqueles sertões de uma carestia summa. O sal com que naqueles sertões se salga um boi custa duas e tres vezes mais do que vale o mesmo boi; da mesma sorte o peixe." E logo adiante: "Alem dos muitos contos de reis, que se tiram todos os anos do Brasil para se enriquecer um homem, que remata o contrato do sal; perdem, ou deixam de lucrar os colonos, e todo o comercio de Portugal os interesses incalculáveis, que aliás poderiam tirar da grande abundancia dos pescados, e das carnes salgadas, etc; e o erário regio, só por 48.000\$000 reis, que recebe todos os anos, se priva dos muitos 48 contos; que necessariamente deveriam produzir os direitos destes generos nas alfandegas, se a carestia do sal os não fizesse impraticáveis." Na mesma linha de idéias, José Bonifácio de Andrada e Silva — o futuro "patriarca da Independência" — na sua *Memoria sobre a pesca das baleias* (1790), analisando os efeitos técnicos na exploração, atribui grande responsabilidade ao contrato exclusivo, pois "o aumento e perfeição desta pesca necessita do aguilhão da emulação e da concorrência". Grandes interesses, parece, opunham-se entretanto à supressão dos estancos. Procederam-se a consultas às câmaras da colônia, que obviamente clamavam pela liberalização. A correspondência do visconde de Rezende com o ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1798, mostra o processo em andamento. Apenas em 1801, entretanto, o alvará de 24 de abril abole definitivamente os dois estancos. Na justificativa invoca-se a prática das "nações mais industriosas da Europa".

O mesmo diploma legal (alvará de 24/4/1801), curiosamente, toma medidas para a promoção da siderurgia: "E querendo beneficiar por todos os meios possíveis os meus fieis vassallos dos Dominios ultramarinos, pro-

movendo o adiantamento da agricultura, e facilitando os progressos da mineração do ouro, de que tiram a sua subsistência, e de que lhes resultam as maiores utilidades; hei por bem conceder-lhes a graça não só de isentar de Direitos todo o ferro, que das minas de Angola se exporta para os portos do Brasil; mas mandar criar um estabelecimento para a escavação das minas de Sorocaba na Capitania de São Paulo; e animar todos os descobrimentos, que em outras quaisquer partes se possam fazer deste metal; e também permitir se estabeleçam fabricas reais, para com o salitre do país se fabricar pólvora por conta de minha real fazenda.”

Este incentivo à siderurgia e à indústria da pólvora mostra como não se procurou impedir indiscriminadamente a indústria na colônia. A proibição de 1785 diz respeito exclusivamente às manufaturas têxteis, não a toda indústria; e liga-se ao esforço de desenvolvimento, na metrópole, da indústria de tecidos, que referimos acima. Os documentos relativos ao desmonte e apreensão dos teares instalados mostram a sua insignificância: 13 teares de tecidos de ouro e prata. A justificativa da medida é um exemplo de manipulação ideológica: apela-se para o princípio fisiocrático segundo o qual a “verdadeira e sólida riqueza” são “os frutos e produções da terra”. Isto quando se procurava por todos os modos incrementar as manufaturas metropolitanas. Esse pragmatismo que tocava à incoerência é que permitia, também, em determinadas condições estimular a indústria na colônia. E é o caso da siderurgia; aqui, o fundamento parece ligar-se à mineração, isto é, à tentativa de melhorar as técnicas mineiras dotando-as de uma infra-estrutura de manufaturas de ferro, como parece indicar o texto do alvará citado. Já em 1780 o governador das Minas — Rodrigo José de Menezes, apresentava uma “exposição” ao Ministro do Ultramar Martinho de Melo e Castro, em que propunha “um novo estabelecimento, que à primeira vista parece oposto ao espírito e sistema da administração dessa capitania, mas que bem examinado se conhece pelas razões, quanto a mim, as mais sólidas, e convincentes a sua utilidade”. Tratava-se, já se vê, da fábrica de ferro; e argumentava: “se em toda parte do mundo é este metal necessario, em nenhuma o é mais que nestas minas; qualquer falta que dele se experimente cessa toda a qualidade do trabalho. . .” Note-se, de um lado, que o governador reconhece que na estrita ortodoxia mercantilista não caberia um estabelecimento desse tipo na colônia; mas a sua proposição indica, por outro lado, o clima de inovações dessa última fase do antigo sistema colonial. Note-se também a preocupação com a produtividade — a “qualidade do trabalho”, ligada à técnica de produção. Num outro documento coeso (a *Instrução para o governador da capitania de Minas Gerais*, 1780, pelo desembargador Teixeira Coelho) também se

ênfatiza a necessidade de melhoria nas técnicas de produção, para a retomada da mineração. As memórias de José Bonifácio, Manuel Ferreira da Câmara, José Vieira Couto, Eloi Ottoni, mostram a preocupação do movimento ilustrado com a mineração; as pesquisas diziam também respeito à mineração e siderurgia em Portugal, como a de José Martins da Cunha sobre as fábricas de ferro de Figueiró, ou de Vandelli sobre o carvão. Dos esforços do brasileiro Manuel Ferreira da Câmara parece ter resultado as instruções de 1795, aos governadores das capitanias do Brasil, em que se ênfatiza a necessidade de desenvolver a fabricação do ferro na colônia. Trata-se de um notável documento, em que se faz como que um balanço da nova política colonial: “Sua Majestade tem observado com desgosto que umas colonias tão extensas e férteis, como as do Brasil, não tenham prosperado proporcionalmente em povoação, agricultura, industria, e devendo persuadir-se, que alguns defeitos politicos e restrições fiscais se tem oposto até agora aos progressos. . .” É verdade que todo esse esforço pouco resultou na prática, pois não se conseguiu implantar a siderurgia; o esforço seria retomado pelo príncipe regente D. João, já no Brasil. Mas, de todo modo, é particularmente importante para caracterizar a política colonial.

Essa preocupação com as técnicas não se limitou à mineração. Houve todo um esforço no sentido de melhorar a produção açucareira, pondo-a ao nível dos melhores métodos. Isso se liga à tentativa de introdução (num engenho do Recôncavo baiano) do emprego do bagaço da cana como combustível, ou de uma nova máquina de moer “feita por dois franceses”. Inventores são estimulados, apresentando-se, por exemplo, um certo Jeronimo Viera de Abreu, que se dirige ao ministro Rodrigo de Sousa Coutinho em 1798 para descrever “inventos úteis” sobre açúcar, anil, arroz, algodão e mineralogia. Esta mesma preocupação aparece na remessa de livros, para a colônia, versando os mais variados temas de técnica agrícola. O ponto de convergência era Oficina Literária do Arco do Cego em Lisboa, dirigida pelo brasileiro José Mariano da Conceição Veloso, que divulgava obras sobre agricultura, como os cinco volumes do *Fazendeiro do Brasil*.

Procurava-se diversificar a produção, com a introdução de novos produtos. Ao mesmo tempo, estimulava-se a retomada dos cultivos tradicionais. No caso do açúcar, procurou-se — e se conseguiu — aproveitar a conjuntura altamente favorável do mercado internacional do fim do século XVIII, segundo as recomendações de Azeredo Coutinho (*Memoria sobre o preço do açúcar*, 1791).

Portugueses e brasileiros participaram dessa formulação e implementação da política reformista; a Ilustração luso-brasileira promoveu reformas no sentido de um abrandamento do sistema de exploração (dentro dos limites do sistema colonial), tentando fomentar o progresso de ambas as peças do sistema, num esforço por desviar as tensões crescentes. Estas entretanto vinham de movimentos estruturais, advindos da emergência do capitalismo industrial, e dificilmente poderiam ser contidas pelo reformismo. É extremamente significativo que toda essa política — que resultou num período de efetiva prosperidade — não abrandou, antes estimulou, as tensões; e as inconfidências foram assinalando o inconformismo dos colonos. “Não é das menores desgraças o viver em colônias” diria um deles (Vilhena, 1802). Já Tocqueville lembrava que “o regime que uma revolução destrói vale quase sempre mais que aquele que imediatamente o antecede”.

RESENHA